

A DESQUALIFICAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) DE ESCOLA PÚBLICA NA MÍDIA BRASILEIRA: ASPECTOS DE UMA NARRATIVA PRIVATISTA

Thais Rodrigues Marin

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

thais.marin@gmail.com

INTRODUÇÃO

A privatização da educação básica é conceitualmente caracterizada como a transferência de responsabilidades e recursos do Estado a atores não estatais, o fomento ao mercado educacional ou a incorporação de ideários, estratégias e interesses privados na dinâmica de provisão da política educativa (Adrião, 2022; Ball; Youdell, 2007; Belfield; Levin, 2002; Klees, 2020). No Brasil, seguindo a tendência global do processo de neoliberalização, políticas dessa natureza passaram a se replicar nos diferentes níveis de governo a partir dos anos 1990.

A defesa da crise da educação, da má gestão e incapacidade de ação estatal e da superioridade do setor privado – lucrativo ou filantrópico – na elaboração e aplicação de práticas educacionais estão entre os imaginários a integrar o que a autora entende por “discurso da privatização da educação básica” e que servem de justificativa para a adoção de políticas privatistas. Acredita-se que a grande mídia, como ator que participa da formação e do direcionamento da opinião pública nacional (Abramo, 2016; Capelato, 1988; Lippmann, 2008), tem colaborado na disseminação de tal discurso.

A fim de verificar a presença deste discurso em publicações da grande mídia brasileira, em pesquisa de doutorado, a autora valeu-se do método da análise de conteúdo de Bardin (2016) para investigar 145 editoriais e 1.197 artigos de opinião publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo* (FSP) entre 2005 e 2020. Entre as explicações vulgarizadas no material para a alegada má qualidade da educação pública está a narrativa de que os professores seriam despreparados e ausentes, além de outros atributos depreciativos de sua atuação (Marin, 2023). Este trabalho apresenta e reflete sobre estas formulações.

EDITORIAIS E ARTIGOS EM ANÁLISE

Em 43% dos editoriais e 17% dos artigos analisados dissemina-se a desqualificação dos professores de escolas públicas. Esta narrativa esteve presente nos 16 anos da amostra dos dois conjuntos textuais, notadamente nos editoriais, intensificando-se em momentos de debate ou implementação de políticas voltadas ao professorado. Dois eixos narrativos destacam-se na construção desta imagem negativa. O primeiro caracteriza-os como maus profissionais: seriam malformados; teriam dificuldades para ensinar; compartilhariam tendência à acomodação, rotatividade e absenteísmo dos postos de trabalho; e, ainda que figurando pontualmente, exerceriam práticas “doutrinadoras”, de militância política em sala de aula. O segundo nega sua condição como força de trabalho e categoria profissional organizada: direitos trabalhistas constituiriam “privilégios”, “corporativismo” e não garantiriam mais qualidade na educação; a atuação de sindicatos e a utilização de greves como dispositivo de enfrentamento político perturbariam a rotina escolar e, portanto, seriam contrárias aos interesses da educação pública. Os trechos abaixo ilustram essas concepções:

- “Uma parcela da categoria, sob o pretexto de más condições de trabalho e remuneração, especializou-se em aproveitar brechas da legislação leniente para ausentar-se da sala de aula. Acredita prejudicar o governo, mas na prática causa mais dano aos próprios alunos” (*FSP*, Editorial *Mais e melhores aulas*, 30.12.2007).
- “No Estado de São Paulo, professores têm abonadas até 32 ausências por ano (um mês extra de férias!, diriam alguns). O reflexo dessa política na rede oficial se mede numa taxa de absenteísmo de 12,8%, contra menos de 1% em escolas privadas. Se isso não contribui para a fama de vagabundo, é difícil imaginar o que possa fazê-lo” (*FSP*, Artigo *A volta da filosofia*, Hélio Schwartzman, 12.06.2008).
- “A inevitável pergunta é a seguinte: aumentar o salário dos professores necessariamente melhora o desempenho dos alunos? A nota dos alunos de São Paulo apenas confirma o que se constatou em várias partes e desmonta os argumentos dos sindicatos - não há relação direta entre mais dinheiro no bolso dos professores e melhor desempenho dos alunos” (*FSP*, Artigo *Você seria professor de escola pública?*, Gilberto Dimenstein, 31.05.2009).
- “[...] o problema da escola pública é a falta de professores. Ou porque se licenciam, ou porque fazem greve, ou porque simplesmente não comparecem” (*FSP*, Artigo *A diferença entre escola pública e particular é a presença do professor*, Marcelo Soares, 01.12.2012).
- “Por outro lado, o comprometimento dos próprios professores com a educação deixa muito a desejar, como mostram os números de absenteísmo e atrasos. Os professores agem assim porque a sociedade não os valoriza? Ou a sociedade não os valoriza porque eles agem assim?” (*FSP*, Artigo *Culpa de recorde brasileiro em abuso contra professor é nossa*, Érica Fraga, 30.08.2017).

REFLEXÕES

A narrativa de desqualificação dos professores de escolas públicas em sua atuação e envolvimento profissional e de dissimulação de sua condição de trabalhadores reflete o ataque neoliberal geral à força de trabalho, já apontado por Harvey (2014). Ridicularizar direitos e enfraquecer sindicatos e outras instituições que organizam categorias profissionais na luta por melhores condições de trabalho, fragilizando seu poder de negociação e individualizando o trabalhador, é condição almejada para o funcionamento do livre mercado.

Ao caracterizá-los como maus profissionais e corporativistas, os textos midiáticos culpabilizam os profissionais pela qualidade educacional, tratando-os como “inimigos da educação”. A evocação de inimigos e alvos é estratégia discursiva reconhecida por Anderson (2007) na espetacularização da política educativa pela mídia. A identificação de crises – neste caso, a da educação básica pública – e de suas causas – neste caso, o professor – são atos políticos, pois enquadram, limitam e direcionam soluções segundo certas visões de mundo, mas com ares de inevitabilidade – políticas moldadas à lógica empresarial e aos interesses do capital. A repetição constante de narrativas como essa apaga suas vinculações de origem, naturalizando discursos e garantindo-lhes hegemonia não apenas como forma de representar a realidade, mas de agir sobre ela.

Não à toa, nas últimas décadas, os profissionais da educação básica pública brasileira têm vivenciado relações de trabalho cada vez mais precarizadas em suas formas de contratação, carreira, vencimentos e jornada: redução de concursos públicos e admissão temporária via processos seletivos com contratos precários; desrespeito à Lei do Piso; desvalorização salarial; introdução de critérios de mérito para progressão na carreira; bonificação vinculada ao desempenho de estudantes; e intensificação das cargas de trabalho estão entre as condições que levam a um cenário de afastamentos por saúde, abandono da docência e pouca atratividade da profissão (Barbosa *et al.*, 2022; Jacomini *et al.*, 2019; Venco, 2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ADRIÃO, T. M. F. *Dimensões da Privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990*. Brasília: ANPAE, 2022. *E-book*.

ANDERSON, G. L. Media's Impact on Educational Policies and Practices: Political Spectacle and Social Control. *Peabody Journal of Education*, v. 82, n. 1, p. 103-120, 2007.

BALL, S. J.; YOUDELL, D. *Privatización encubierta en la educación pública*. Internacional de la Educación: V Congreso Mundial. Londres: Instituto de Educación de la Universidad de Londres, 2007.

BARBOSA, A.; JACOMINI, M. A.; FERNANDES, M. J. S.; VENCO, S. Contratação, carreira, vencimento e jornada dos profissionais da educação estadual paulista (1995-2018). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e245702, 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELFIELD, C. R.; LEVIN, H. M. *Education privatization: causes, consequences and planning implications*. Paris: UNESCO, International Institute for Educational Planning, 2002.

CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e história do Brasil*. Coleção Repensando a História. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

JACOMINI, M. A.; GIL, J.; CASTRO, E. C. A Lei do Piso e a Jornada: o trabalho docente nos estados. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 13, n. 25, p. 259-273, jan./maio 2019.

KLEES, S. J. *The Conscience of a Progressive*. Alresford: Zero Books, 2020

LIPPMANN, W. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARIN, T. R. *As narrativas da privatização da educação básica na mídia brasileira*. 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

VENCO, S. “Estado-patrão”: rumo ao desaparecimento do emprego público? *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 82-105, mai./ago. 2021.